LEITURA NA SESSÃO



LIDO Na Sessão de:

08 109 12021

Câmara Municipal de Cáceres

Camara Municipal de Caceres				
29.		Projeto De Lei		APROVADO
		Projeto De Decreto		
		Legislativo		
		Projeto De Resolução	No 175,2021	Presidente da Câmara
PROTOCOLO	X	Requerimento	Nº 712/2017	
Em 03/09/21		Indicação		REJEITADO
Hrs 10.11	_			
SobN° 3414		Moção		
Ass.:	_			
(")		Emenda		Presidente da Câmara

Vereadora: Mazéh Silva

Partido dos Trabalhadores

APROVADO Na Sessão de: 08 109 12024 A Vereadora que abaixo subscreve solicita à nobre Mesa, consultado o augusto e soberano Plenário, na forma regimental, seja encaminhado expediente a Exma. Senhora Prefeita Eliene Liberato, consubstanciado na seguinte Proposição Plenária:

Requer do Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Educação, informações referentes ao processo de reordenamento das escolas municipais e estaduais em Cáceres.

- 1. Quais escolas serão remanejadas no município de Cáceres;
- 2. Como está sendo realizado o debate do reordenamento junto a comunidade escolar (pais, professores, alunos, funcionários);
- 3. Como se dará o remanejamento dos profissionais lotados nas escolas, principalmente os professores/as da Unidocência (Pedagogos e Pedagogas);

## Justificativa:

Este pedido de informações a respeito do Reordenamento Escolar em Cáceres, vem de encontro ao desejo dos profissionais da educação, principalmente pedagogas e pedagogos, uma vez que este ao ser efetivado poderá provocar grandes transtornos para a educação pública, tanto nas escolas do Estado quanto nas escolas da prefeitura.

Segundo publicado na imprensa "Conforme o Sintep/MT a medida do governo Mauro Mendes, é mais uma das políticas "desastrosas", que desrespeitaram as orientações legais. "O resultado tem sido o caos na organização para o novo ano letivo, em 2021", esclarece Henrique Lopes. Na rede estadual, o fechamento das turmas de 10 ao 50 ano, deixou centenas de profissionais remanescentes, sem assumir aulas, e sem orientação sobre onde se enquadrarão. Em vários municípios a orientação foi de atribuírem aulas em turmas de 60 ao 90 ano, apesar de não serem habilitadas para as vagas. A medida é considerada "irresponsável".

Sala das Sessões, 06 de setembro de 2021

Vereadora Mazéh Silva – PT